

Uma visão de futuro

Diante da grave crise das finanças públicas estaduais, é natural que nos concentremos na busca de soluções de curto prazo. O que fazer para pagar as contas e permitir que o Estado continue funcionando? A situação atual, infelizmente, tem se repetido numa espécie de círculo vicioso, do qual temos dificuldade de nos libertar. Invariavelmente, as despesas são maiores do que as receitas, e a estrutura da despesa sempre deixa pouca margem para o governante implementar seus programas de ação. Como solução, recorre-se à criatividade da gestão de curto prazo, cujos resultados são, de um modo geral, pouco expressivos. Ou seja: a administração das finanças estaduais carece de um projeto estratégico, de uma grande diretriz condutora e de um programa de gestão com objetivos e metas que permitam a construção de uma nova realidade administrativa, mais equilibrada, segura e duradoura.



Estamos diante de um dilema conhecido: como reduzir as despesas de manutenção e prover recursos para investimentos em projetos? Pois a herança do atual governo inclui comprometimento elevado da Receita Líquida Real com o serviço da dívida; despesas elevadas com pessoal, pela contratação de mais servidores; saldo financeiro de curto prazo de R\$ 4 bilhões negativos, e, ainda, um esgotamento da capacidade de ampliação da receita devido à alta concentração do ICMS nos setores de telecomunicações, energia e combustíveis. Mantida a situação atual, resta pouco espaço para reduzir despesas sem comprometer a extensão e a qualidade dos serviços públicos e para comprimir gastos com o funcionalismo público, que sofre um enorme arrocho salarial.

Diante de um cenário tão dramático, não adiantam medidas paliativas. Devemos nos esforçar para repensar profundamente o modelo das finanças públicas estaduais, envolvendo desde a estrutura das receitas públicas (o quê, de quem e como cobramos) e das despesas, as prioridades do gasto e o modelo de gerenciamento dos recursos públicos. Para isso, precisaremos de muito apoio político acerca do que poderíamos denominar de questões de Estado – estruturais e permanentes – e das questões relacionadas com os programas de governo que dependem de definições político-partidárias.

Diante de um cenário tão dramático, não adiantam medidas paliativas. Devemos repensar o modelo das finanças públicas estaduais.

Independentemente de quem for o futuro governador, é preciso que haja a compreensão de que o Estado necessita de uma estrutura profissional e de uma gestão técnica das receitas e das despesas. Devemos considerar a impossibilidade de onerar as finanças estaduais com um serviço da dívida que imobiliza e reduz o grau de liberdade da gestão fazendária. Não podemos continuar pensando nas hipóteses de aumentar os impostos ou arrochar salários. Podemos iniciar redefinindo o campo de atuação e as prioridades, tanto no lado das receitas quanto no lado das despesas, pois é preferível um Estado menor e mais eficiente, do que a ilusão de um Estado amplo e ineficiente. Um pressuposto fundamental é a adoção de um novo parâmetro de avaliação baseado na qualidade e na produtividade do gasto. Até porque, numa situação estrutural de escassez de recursos, a premissa de fazer mais com menos é imperativa e determinante.

Para repensar o modelo atual é preciso, sobretudo, romper com os vícios do passado: vislumbrar novos horizontes e observando as mudanças que estão ocorrendo na economia, na sociedade, na cultura e na tecnologia. Se insistirmos em repetir o passado, seremos prisioneiros do atraso e da mesmice. E o final dessa história já é conhecido.

Janice Mayer Machado
Presidente do Sindicato dos Auditores de Finanças Públicas do Estado do RS – SINDAF